**E D I T A L**

**PREGÃO ELETRÔNICONº 01/2013**

**PROCESSO N° 19/2013**

**PE BANCO Nº432625**

**OBJETO** –**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICPIO DE CAMPOS NOVOS CONFORME PORTARIA MS 2.198 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.**

O Municipio de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos,com sede na rua Nereu Ramos,333 Campos Novos/SC – CEP: 89.620.000, inscrita no CNPJ sob nº.08.595.042/0001-24, torna público que fará realizar licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço **POR ITEM**, para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICPIO DE CAMPOS NOVOS CONFORME PORTARIA MS 2.198 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009**, a ser regido pela lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, decreto municipal nº6549, de 18 de junho de 2012, lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, com aplicação subsidiária da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste pregão:

**ANEXO I** – Quadro de quantitativos e especificações dos itens e valor máximo admitido;

**ANEXO II** – Modelo de proposta de preços;

**ANEXO III** – Declaração de que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal;

**ANEXO IV** – Modelo de declaração de atendimento às condições de habilitação;

**ANEXO V** – Modelo de atestado de capacidade técnica;

**ANEXO VI** – Minuta do contrato.

**1 – DISPOSIÇÃO PRELIMINARES DA LICITAÇÃO**

**1.1 -DO OBJETO DO PREGÃO**

A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICPIO DE CAMPOS NOVOS CONFORME PORTARIA MS 2.198 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.**

1.1.2 -O valor máximo total para aquisição dos equipamentos deste pregão é de R$ 75.977,98 (setenta e cinco mil novecentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos), conforme disposto no Anexo I deste edital.

1.1.3 – Este edital (processo) irá para análise dos técnicos da Caixa, após aprovação correrão os tramites legal.

**1.2 -LOCAL:**

-“www.licitacoes-e.com.br acesso identificado”

**1.3 -REFERÊNCIA DE TEMPO**

Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília -DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**1.4 -RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**

Data/hora: de 02/07/2012 a 10/07/2012 até as 14:00 horas.

**1.5 -ABERTURA DAS PROPOSTAS**

Data/hora: dia 15/04/2013 às 09:00 horas.

**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICPIO DE CAMPOS NOVOS CONFORME PORTARIA MS 2.198 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.**

**1.6 -INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**

Data/hora: dia 15/04/2013 às 09:30 horas.

**1.7 -TÉRMINO DA SESSÃO PRINCIPAL**

5 minutos para cada item após o início da sessão de disputa.

**1.8 -TÉRMINO DO PERÍODO ADICIONAL**

Até 30 minutos após o término da sessão principal.

**1.9 - ÁREA RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES.**

**Área Requisitante**: Secretaria Municipal de Saúde

1.9.1 – O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico identificado no subitem 1.2 e no portal eletrônico da prefeitura municipal de Campos Novos na página http://www.camposnovos.sc.gov.br , podendo, também, ser requerido junto à departamento de compras, rua Nereu Ramos,333, – Campos Novos/sc., das 09:00 às 17:30 horas, telefone: (49) 3541-0205, site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br/).

**2 – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

2.1 – As despesas decorrentes desta licitação serão cobertas por meio do seguinte recurso:

Órgão 19-Fundo Municipal de Saúde

Unidade; 01 -Fundo Municipal de Saúde

Projeto atividade 1.044- Reequipamento da Saúde – Fundo Mun da Saúde

Elemento de despesa: 32- 41.01.1.054.4.4.90.00.00.00.00.00

**3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1 – Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às exigências estabelecidas neste edital.

3.2 – Não será admitida a participação de proponentes:

3.2.1 – Em falência ou concordata, que se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.2.2 – Punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração inscrita no cadastro central de fornecedores do município de campos novos, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

3.2.3 – Que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão da administração direta ou indireta, com qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou do distrito federal.

3.2.4 – Cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da

Administração publica municipal.

3.2.5 – é vedada a participação de consórcio.

**4 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME**

4.1 -Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto às agências do banco do Brasil S.A. Sediadas no país.– **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICPIO DE CAMPOS NOVOS CONFORME PORTARIA MS 2.198 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.**

4.1.1 - Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelo telefone 0800.785678 (BB responde).

4.2 - A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do banco do Brasil S.A, devidamente justificada.

4.3 - As pessoas jurídicas ou empresários individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no “licitacoes-e”.

4.4 - Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao município ou ao Banco do Brasil S.A. A responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.7 - Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

**5 - DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

5.1 - A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.licitacoes-e.com.br, opção “acesso identificado”, observando a data e o horário limite estabelecido no item 01 deste edital.

5.2 – O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.3 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital.

5.4 - Caberão ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 - No caso de desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.6 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

5.7 – O proponente deverá comunicar imediatamente ao Banco do Brasil (órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

**6 - DA FORMA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

6.1 - A proposta de preços escrita deverá ser apresentada em papel datilografado ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo a última folha ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado e, apresentada em uma via contendo identificação, endereço, telefone, faxe e-mail.

6.1.1 - Os proponentes deverão ofertar preços independentes para cada um dos itens sob pena de desclassificação;

6.1.2 - Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal do proponente devidamente identificado;

6.2 - A proposta escrita deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante do anexo II deste edital deverá conter:

a) A identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes nos anexos do presente edital, informando as características, modelo, marca e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente pregão foram ou não atendidas;

b) O preço unitário e preço total deverão ser cotados em reais, com no máximo 2 (dois) algarismos decimais, e neles estarem inclusas todas e quaisquer despesas, tais como, transportes, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes, encargos sociais, remuneração e outros pertinentes ao objeto licitado;

c) O número do item ofertado que deverá corresponder exatamente ao item e quantidade do anexo I deste edital;

d) O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste pregão.

6.3 -Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

**7 – DO ENVIO DA PROPOSTA PELO SISTEMA ELETRÔNICO**

7.1 – Ao enviar sua proposta pelo sistema eletrônico o proponente deverá necessariamente postar apenas o valor total licitado.

7.2 -O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital e seus anexos. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.3 - O número do item ofertado deverá corresponder exatamente ao item do anexo I deste edital;

7.4 – Ao apresentar sua proposta é imprescindível que o proponente registre expressamente, no campo “informações adicionais” do sistema eletrônico, a marca, modelo, características e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente pregão foram ou não atendidas, de acordo com as especificações do anexo i deste edital.

**8 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1 - A partir do horário previsto no sistema terá início a sessão pública do pregão eletrônico,

Com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo site já indicado no item 1 deste edital, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.2 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2.1 - Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

8.2.2 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.2.3 – Não serão admitidos lances que contiverem qualquer elemento que possibilite a identificação do proponente.

8.3 - durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não divulgará o autor dos lances aos demais participantes.

8.4 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, no prazo previsto para encerramento. Após o esgotamento do prazo da sessão principal, transcorrerá período adicional de tempo, de até trinta minutos, (tempo randômico que está atrelado ao sistema) findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.5 - Após o encerramento do período adicional de tempo na etapa de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no art. 44 da lei complementar nº 123/06. Nesse caso o pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontra em situação de empate informando que a mesma deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance como arrematante.

8.5.1 – Não passando para a condição de arrematante a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no art. 44 da lei complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.5.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas

Microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.5.3 - O disposto no subitem 8.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**9 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1 - Os documentos de habilitação, em uma via, preferencialmente, numerados em sequência e rubricados em todas as suas páginas por representante legal do proponente ou preposto, deverão ser apresentados: em original; ou. Cópia autenticada por cartório; ou, Cópia autenticada por servidor autorizado do município de Campos Novos, mediante a exibição dos originais antes da entrega dos envelopes; ou, exemplar da publicação em órgão da imprensa oficial.

9.1.1 - Somente serão:

a) Aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro;

b) Autenticado (s) documento (s) através da apresentação de seu(s) original(is);

9.1.2 - Serão aceitos comprovantes de regularidade fiscal, obtidos na rede internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo pregoeiro, na fase de habilitação.

9.2 - A documentação para fins de habilitação é constituída de:

a) Prova de regularidade para com a fazenda federal e dívida ativa da **união,**

Compreendendo os tributos administrados pela secretaria da receita federal e procuradoria-geral da fazenda nacional;

b) Prova de regularidade fiscal para com a **fazenda estadual** do domicílio ou sede do

Proponente, expedida pelo órgão competente;

c) Prova de regularidade fiscal para com a **fazenda municipal** do domicílio ou sede do

Proponente, expedida pelo órgão competente;

d) Prova de regularidade relativa à seguridade social – **INSS;**

e) Prova de regularidade relativa ao fundo de garantia por tempo de serviço – **FGTS;**

f) Declaração de que o proponente cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da

Constituição federal, conforme anexo III do edital;

g) Certidão negativa **de falência** ou concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor do foro ou cartório da sede do proponente;

h) certidão negativa de débitos **trabalhistas**, conforme lei 12.440 de 07 de julho de 2011.

i) **Balanço patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis, contendo as assinaturas do representante legal da empresa e do contador responsável, com os respectivos termos de abertura e encerramento do livro diário, registrado na junta comercial ou cartório de registro, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

i.1) O licitante poderá apresentar balanço patrimonial intermediário a fim de demonstrar alteração relevante em sua capacidade econômico-financeira em relação aos dados contidos no balanço patrimonial anterior, tais como eventos supervenientes (fusão, incorporação, cisão etc.);

i.2) Os interessados terão a faculdade de apresentar parecer de empresa de auditoria, o que dispensará a administração de outras investigações;

i.3) As empresas que adotam ao sped (sistema público escrituração digital) deverão apresentar cópia do termo de autenticação e balanço, bem como termo de abertura e encerramento, visados em todas as páginas pelo representante legal da empresa;

j) Para avaliar situação financeira do proponente será considerado o quociente de liquidez corrente e grau de endividamento, apurado pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado por seu representante legal.

Qlc =

Ativo circulante :

Passivo circulante

-cujo resultado deverá ser maior ou igual a 1,00

Qge = passivo circulante + exig. Lgoprazo :

Ativo total

-cujo resultado deverá ser menor ou igual a 1,00

Obs :índices justificados de acordo com o § 5º do art. 31 da lei 8.666/93

9.2.1 Os proponentes inscritos no cadastro geral de fornecedores do município de campos novos deverão apresentar certificado de registro cadastral-CRC, válido na data limite fixado para a apresentação dos documentos fiscais neste pregão.

9.2.1.1 – Os interessados inscritos no cadastro geral de fornecedores do município de campos novos ficam dispensados de apresentar os documentos fiscais que já tenham sido apresentados para efeito de cadastro, desde que ainda estejam em vigor.

9.2.1.2 – É ônus do proponente a averiguação da vigência e atualidade dos documentos referidos no item anterior, de modo que a inobservância deste item implicará em sua inabilitação.

9.2.2 -Os interessados não cadastrados além dos documentos referidos no item 9.2, deverão Apresentar os seguintes, válidos na data de abertura de sessão pública do pregão:

a) Prova de inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ);

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

9.3 -Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a apresentação das propostas. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

9.4 – Sob pena de inabilitação, nos documentos a que se refere o subitem 9.2 deste edital deverão constar o nome/razão social do proponente, o número do cnpj e o respectivo endereço, observado que se o proponente for:

a) Matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) Filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) A matriz, e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

9.5 – O proponente poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à seguridade social – INSS e ao fundo de garantia por tempo de serviço -FGTS centralizados junto à matriz, desde que junte comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e apresente certidão em que conste o CNPJ da entidade centralizadora.

9.6 -As microempresas ou empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.6.1 A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei nº 8.666/93, sendo facultado á administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**10 -JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO**

10.1 -O pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de menor preço

Por item

10.2 – Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico,

Contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtido preço melhor, observando o critério de julgamento, nos termos do art. 24 § 8º do decreto federal nº 5450/2005, bem como decidir sobre sua aceitação, observados prazos para fornecimento, especificações técnicas e demais condições definidas neste edital, e verificará a habilitação do proponente.

10.3 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública e após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, o proponente classificado em primeiro lugar deverá:

a) Encaminhar a proposta de preços e os documentos relativos a habilitação, bem como a declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação na forma do § 2º, do art. 32 da lei 8.666/93, conforme anexo IV, no prazo de até 02 (duas) horas, via eletrônica, para o e-mail: compras@camposnovos.sc.gov.br, contadas a partir da solicitação emitida pelo pregoeiro via chat;

b) Encaminhar a proposta de preços e os documentos de habilitação, originais ou por cópia devidamente autenticada, bem como a declaração de inexistência de fato superviniente impeditivo de habilitação na forma do § 2º, do art. 32 da lei 8.666/93, conforme anexo IV, no prazo máximo de 03 dias úteis, impreterivelmente, à comissão permanente de licitação, no endereço indicado no item 1.10.

10.4 – O não envio dos documentos solicitados pelo pregoeiro no prazo estabelecido, conforme o item 10.3 "a" e "b", será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes no item 17.1 do edital.

10.5 -Se a proposta não atender às especificações técnicas, e às condições mínimas de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

10.6 -Serão desclassificadas as propostas:

a) Que não atenderem às especificações do objeto desta licitação;

b) Que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item licitado;

c) Que conflitarem com a legislação em vigor;

d) Que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no item proposta de preços deste edital;

e) Com valores unitários ou globais superiores ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

10.7 – Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

10.8 – Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

10.9 -Se o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 17 Deste edital. Neste caso, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

10.10 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

10.11 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**11 -ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

11.1 -Caberá ao pregoeiro deliberar sobre a adjudicação do objeto ao vencedor do pregão, quando não houver recursos.

11.2 -Quando houver recursos, a adjudicação do objeto ao vencedor do pregão será realizada pela autoridade competente.

11.3 – A homologação será realizada pela autoridade competente.

**12 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1 – Qualquer pessoa poderá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública impugnar o edital do pregão.

12.1.2-As impugnações poderão ser protocolizadas através do e-mail compras@camposnovos.sc.gov.br, em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado ou com assinatura digital certificada pelo ICP – Brasil, acompanhado da procuração respectiva.

12. 2 -Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

12.3 – Caberá a autoridade superior, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre as eventuais impugnações.

12.4 – Acolhida a impugnação contra o presente edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

12.5 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço compras@camposnovos.sc.gov.br .

12.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas na forma do item 18.1 para conhecimento dos interessados e da sociedade em geral.

12.6 – Do recurso

12.6.1 – Após o encerramento da disputa de preços, será estabelecido pelo pregoeiro a data e hora em que será declarado o vencedor, sendo que nesta oportunidade a intenção de recorrer deverá ser manifestada pelo proponente interessado por intermédio do sistema eletrônico, na própria sessão, onde deverão ser expostos os motivos do inconformismo, no prazo de até 30 (trinta) minutos imediatamente posteriores ao ato da declaração do vencedor, que será realizado em sessão pública, quando será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

12.6.2 – As razões de recursos poderão ser protocolizadas através do e-mail compras@camposnovos.sc.gov.br, em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado ou com assinatura digital certificada pelo ICP – Brasilia, até as 09:00hs do dia do vencimento do prazo, acompanhado da procuração respectiva.

12.6.3 – O proponente desclassificado antes da fase de disputa, também, poderá manifestar sua intenção de interpor recurso na forma do subitem anterior.

12.6.4 –A falta de manifestação, imediata e motivada, importará a decadência do direito de recurso, e não será admitida inovação na motivação dos recursos propostos.

12.6.5 – O pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, inclusive quando a pretensão for meramente protelatória.

12.6.6 -os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

**13– DA CONTRATAÇÃO**

13.1 -A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente pregão será representada pela expedição do termo de contrato / autorização de fornecimento, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação do município.

13.2 -Convocação para assinatura do contrato e/ou retirada da autorização de fornecimento:

13.2.1 -Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto ao(s) respectivo(s) concorrente(s) vencedor(es), este(s) será(ão) convocado(s) por e-mail para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, assinar o contrato e/ou retirar a autorização de fornecimento;

13.2.2 -Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou Prospecto desclassificado ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato e/ou a retirar a autorização de fornecimento, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço;

13.2.3 -Se o vencedor se recusar a assinar o contrato e/ou retirar a autorização de fornecimento no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas neste edital;

13.3 -Na oportunidade de assinatura do contrato ou da retirada da autorização de fornecimento o vencedor deverá trazer certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes Órgãos: fazenda federal, fazenda estadual, fazenda municipal, e certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme lei 12.440 de 07 de julho de 2011, do domicílio ou sede da licitante, seguridade social -INSS e fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da lei 8.666/93.

**14 – DO PAGAMENTO DOS BENS CONTRATADOS**

14.1 – O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) neste pregão, observado o que consta neste edital e seu anexo.

14.2 – O pagamento será efetivado após emissão da ordem de entrega dos produtos e liberação PORTARIA MS 2.198 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009. e análise dos técnicos da caixa econômica,mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho, numero da PORTARIA MS 2.198 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009, e as negativas fiscais (**FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, FGTS E INSS E A CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**, conforme lei 12.440 de 07 de julho de 2011) regularizadas.

14.2.1 -Em operações em que seja incidente o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, fica o contratado obrigado a emitir nota fiscal eletrônica – nf-e, modelo 55, em substituição à nota fiscal (física), modelo 1 ou 1-,conforme determina a cláusula segunda do protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

* 1. - Os pagamentos serão efetuados conforme liberação de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

**15 -PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO**

15.1 – O prazo de vigência contratual será até 31/12/2013, contado a partir da data de assinatura do contrato.

15.2 – O objeto licitado deverá ser entregue pelo fornecedor no prazo de30(trinta) dias após emissão da ordem de entrega dos produtos.

15.3 – Todas as despesas decorrentes do transporte e entrega do objeto correrão por conta do vencedor da licitação.

**16. DA GESTÃO DO CONTRATO**

16.1 – A gestão do termo contratual será realizada pelo Fundo Municipal de Saúde, sendo responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado.

**17 – DAS SANÇÕES**

17.1 – As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao proponente/contratado são as previstas na lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

17.2 – Penalidades que poderão ser cominadas aos proponentes/contratados, garantida a prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis:

a – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

b) 15% (quinze por cento) do valor da proposta, no caso de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato;

c) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

d) 15% (quinze por cento) do valor da proposta, pela inexecução contratual, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;impedimento de licitar e contratar com o município de campos novos, administração direta e indireta, nas hipóteses abaixo e o descredenciamento do cadastro central de fornecedores do município de campos novos e do sicaf, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002:

e) Recusar-se a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

f) Deixar de apresentar os documentos discriminados no edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

g) Apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ouDemonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

h) Retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;

i) Não manter a proposta;

j) Desistir de lance realizado na fase de competição;

k) Comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

l) Cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

m) fraudar a execução do contrato;

n) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

17.3 – As multas deverão ser pagas junto à tesouraria da secretaria de fazenda do município até o dia de pagamento que o proponente/contratado tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

17.4 – Nas penalidades previstas neste edital, a administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do proponente ou contratado, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do proponente ou contratado, nos termos do que dispõe o art. 7º, da lei nº. 10.520/2002.

17.5 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do proponente/contratado.

17.6 – Nenhum pagamento será realizado ao proponente/contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1 – Informações e esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo departamento de compras, de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 09:00 às 17:30 horas, ou pelo telefone nº (49)3541 0205, e-mail saude@camposnovos.sc.gov.br, e ficarão disponíveis para todos os interessados, bem como no endereço eletrônico www.camposnovos.sc.gov.br, e www.licitacoes-e.com.br;

18.2 – É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.2.1 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.3 – O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência do contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da lei nº 8.666/93.

18.4 – Não será permitida a sub-contratação do objeto deste edital.

18.5 – A secretaria de administração poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.6 – O presente edital e seus anexos poderão ser alterados pela administração antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4°, da lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das propostas e documentos de habilitação.

18.7 – O município não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

18.8 – Ficam vinculados a este edital e seus anexos as propostas de preços e demais documentos constantes dos presentes autos, dele não podendo se afastar durante a sua vigência;

18.9 – Serão aplicadas, em caso de vício ou defeito, além da lei de licitações, as disposições contidas no código de defesa do consumidor – lei nº 8.078/90, inclusive no que concerne a garantia, prazo para atendimento da assistência técnica e demais normas disciplinadoras da matéria.

18.10 – Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital;

18.11 – A participação na presente licitação implicará na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital, seus anexos, bem como á observância dos regulamentos administrativos; A obrigação do contratado o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, na forma do art. 56 desta Portaria.

Campos novos, 26 de março de 2013

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saude

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2013**

**ANEXO I**

**PE BANCO Nº432625**

QUADRO DE QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS E VALOR MÁXIMO ADMITIDO.

Repasse do Ministério da Saúde, PORTARIA MS 2.198 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | Qtd | Valor unitárioestimado  | Valor total  |
| **01** | Computador - Processador de no mínimo 4 núcleos com Clock de 3GHz, Smart Cache de 06 MB e DMI de 5GT/z. Arquitetura de 32 nm. 4GB de Memória SDRAM DDR3 1333 MHz. Deve suportar dual channel e upgrade para 16GB de Memória; - CIRCUITOS INTEGRADOS (CHIPSET) E PLACA MÃE O chipset deve ser da mesma marca do fabricante do processador, com suporte ao barramento de comunicação com o processador de, no mínimo, 1333 MHz; Deverá Suportar plataforma de micro-arquitetura baseada em apenas 2 chips: 1) o processador com link direto à memória do sistema e controladora gráfica PCIe e 2) hub controlador de I/Os; Possuir 4 slots de memória DDR3 Possuir, no mínimo, 4 slots de expansão sendo 1 PCI, 2 slots PCIe x16 para placas gráficas e 1 PCIe x1; Possuir, no mínimo, 3 conectores SATA e 1 USB internos e integrados à placa mãe; Suportar ambas tecnologias de interface de armazenamento, tanto SATA-II com 3 Gb/s como SATA-III com 6 Gb/s de taxa de transferência de dados; Suporte a tecnologia PCI Express 2.0 com capacidade de taxa de transferência de dados de até 5 GT/s entre processador e periféricos e rede; Possuir chip de segurança com a tecnologia TPM (Trusted Platform Module) versão 1.2, integrado a placa mãe e software para sua implementação incluso Placa mãe da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado, com comprovação através de documento oficial do fabricante, como prospecto/catalogo em português ou traduzido por tradutor juramentado, ou ainda através de declaração do fabricante do equipamento, específica para este processo licitatório (Anexar à Proposta), não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações; A Placa mãe deve permitir o gerenciamento remoto, como acesso a BIOS, permitir iniciar o microcomputador a partir de uma imagem (.ISO) em um compartilhamento de rede ou CD localizados em outro computador, mesmo com o equipamento desligado; Deve suportar tecnologia de gerenciamento remoto por hardware fora de banda ou "Out of Band" com firmware (chip) integrado para armazenar e disponibilizar informações sobre configuração e status do equipamento, mesmo quando este estiver totalmente desligado ou com o sistema operacional hibernado ou inoperante; As configurações das funcionalidades de gerenciamento presentes na placa-mãe deverão ser feitas sem a necessidade de intervenção presencial à máquina, mesmo com o sistema operacional inoperante; - GABINETE DA CPU Gabinete deve permitir a utilização na posição horizontal e vertical; Possuir ferramentas de diagnóstico de falha de boot e componentes de hardware e software que facilitem o serviço de avaliação e serviço de suporte, quando necessário e convocado; O gabinete deverá ter projeto tool-less, para gabinete e remoção de periféricos. Não será aceito o uso de parafusos recartilhados para atender essa característica, deverá possuir sistema de instalação dos componentes aqui especificados por encaixe; Deve possibilitar a instalação de cadeado (incluíndo opção para padrão Kensington) ou lacre de segurança em slot ou trava externa específica de forma a impedir a abertura do gabinete; Possuir alto-falante interno ao gabinete; - FONTE DE ALIMENTAÇÃO Fonte de alimentação da mesma marca do fabricante, com consumo e potência de no máximo 250 Watts, em conformidade com os programas Energy Star 5.0, Blue Angel e 80Plus, com faixa de tensão de entrada de 90-264VAC à 47-63Hz e seleção automática de tensão; Exige-se somente fontes de padrão universal (UPS) baseadas em "SineWaves". - BIOS E SEGURANÇA BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante ou ter direitos copyright sobre essa BIOS. A BIOS deve possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de propriedade e de serviço;Permitir e habilitar o processador a executar a tarefa de balanceamento de carga de trabalho, aumentando clock de um núcleo e desabilitando o de outros; Suportar tecnologia "Auto Power-On" que permite o administrador de TI a selecionar e programar qualquer dia da semana para "acordar" o equipamento e rodar rotinas de manutenção, atualização e segurança no equipamento; Alertas ao sistema em caso de abertura do gabinete permitindo monitorar violações através de software de gerenciamento; A BIOS deve manter registro de log de alertas da abertura da tampa do gabinete e falha de disco (SMART); Suportar o recurso WOL (Wake on LAN) e PXE (Pré-boot ExecutionEnviroment); Suportar algum tipo de modalidade de serviço e tecnologia de segurança de rastreamento e localização remotos para casos de roubo e perda do equipamento, inclusive com função de "limpeza" do HDD e respectivo apagamento dos dados; Suporte e função para habilitar/desabilitar as tecnologias de virtualização, exatamente aquelas descritas anteriormente na seção "Processadores" - PORTAS DE COMUNICAÇÃO Possuir 01 porta serial nativa, no mínimo, 10 portas USB 2.0 nativas, sem adaptador extensor de portas;e 01 no padrão DisplayPort ou DVI-I nativas, 01 porta de rede padrão RJ-45 integrada; - INTERFACES DE REDE Controladora de rede integrada Ethernet LAN Gigabit Ethernet, comunicação de 100/1000 Mbps, bem como no modo full-duplex; Suportar recursos de WoL (Wake-on-LAN), PXE 2.1, bem como tecnologias de gerenciamento remoto por hardware no padrão "fora de banda" ou "out ofband"; - DISCO RÍGIDO Possuir 1 unidade de disco rígido de 3.5", SATA-III, com mínimo 320 GB, 7.200 rpm, tempo de resposta de no máximo 8,5ms e taxa de transferência de 6 Gb/s, buffer interno de no mínimo 8MB, suportar criptografia total FDE (Full Disk Encryption) - UNIDADE ÓPTICA Possuir 01 unidade óptica gravadora compatível com gravação e leitura de mídias tipo DVD+R, DVD+RW, DVD+R DL, DVD-R, DVD-RW, CD-R e CD-Rw e Blu-ray; - ACESSÓRIOS Teclado padrão ABNT-2 de 107 teclas, com teclado numérico e teclas de função, com conector padrão USB; Mouse com 3 botões, sendo 2 para seleção de objetos e 1 tipo scroll para rolagem, com resolução de 500 dpi e conector padrão USB; Monitor de Matriz ativa - TFT LCD de 19" de área visível; Resolução de 1280 x 1024 pixels a 60 Hz; Dotpitch de 0,294mm ou menor; Ângulos de visão típicos: 160 graus (vertical) e 170 graus (horizontal). Brilho de 250 cd/m2; Contraste de 800:1; Tempo de resposta de 5 ms; Conector DVI-D; Fonte de bivolt 100-240VAC em 50-60Hz; Externamente na cor do gabinete da CPU e com botões para ligar/desligar; Estar em conformidade com Energy Star e EPEAT Gold; Devem ser fornecidos junto com o equipamento, todos os acessórios e cabos necessários para o funcionamento do mesmo. O cabo de força deverá ser certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma NBR 14136; O teclado, mouse e monitor deverão ser da mesma marca do fabricante do microcomputador ofertado; - SISTEMA OPERACIONAL Acompanhar licença de sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional versão em português do Brasil, 64 Bits; O sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional deve estar pré-instalado, bem como, todos os drivers de adaptadores internos necessário para seu funcionamento; Deve ser comprovado que o computador está preparado para suportar o Windows 7 através do respectivo logo obtido no Windows Logo'dProductsList para Microsoft; Deve ser fornecida mídia com todos os drivers, compatível com Microsoft Windows 7, necessário para seu funcionamento do equipamento; O fabricante deve disponibilizar no seu respectivo web site, download gratuito de todos os Drivers de dispositivos, BIOS e Firmwares para o equipamento ofertado; - GARANTIA Garantia de 36 (trinta e seis) meses on-site, pelo fabricante do equipamento, em nome do Município, com comprovação através de documento oficial do fabricante, específica para este processo licitatório (Anexar à Proposta). Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus a contratante, a parte ou peça defeituosa, salva quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos; | 25 | 2.400,00 |  |
| **02** | Ar Condicionado tipo Split capacidade de 7.000 BTU/h, com ar quente e frio Equipamentos instalados no PAM, nos locais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, com toda a parte eletrica e de tubos de cobre para distribuição de gás a todas as máquinas, conforme as normas e exigências técnicas em vigor. | 14 | 750,00 |  |
| **03** | Ar Condicionado tipo Split capacidade de 30.000 BTU/h, com ar quente e frio Equipamentos instalados no PAM, nos locais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, com toda a parte eletrica e de tubos de cobre para distribuição de gás a todas as máquinas, conforme as normas e exigências técnicas em vigor. | 02 | 2.500,00 |  |

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2013**

**ANEXO II**

**PE BANCO Nº432625**

**PROPOSTA DE PREÇOS**

**1. Identificação da empresa:**

|  |
| --- |
| **Razão social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Nome fantasia\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Bairro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_município:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Estado: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ cep:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Fone/fax:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Inscrição estadual: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Inscrição municipal\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** |

**Paragrafo único**. Nos preços acima estipulados, já se encontram computados todos os tributos e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com objeto deste contrato.

**Prazo de validade da proposta: (mínimo 60 dias)**

**1. Declaração:**

**Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Assinatura e carimbo**

**Representante da empresa**

Carimbo do CNPJ:

**1. Dados bancários:**

|  |
| --- |
| **Nome do banco (preferencialmente banco do brasil):** |
| **Cidade:** |
| **Nº. Da agência:** |
| **N° da conta corrente da empresa:** |

**2. Dados do representante legal**

|  |
| --- |
| **Nome completo:** |
| **Cargo ou função:** |
| **Identidade nº. :** |
| **Cpf/mf nº.:** |

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2013**

**ANEXO III**

**PE BANCO Nº432625**

**DECLARAÇÃO**

....................................................................., inscrito no cnpj n°..................., por intermédio de seu representante legal o(a) sr(a)...................................., portador(a) da carteira de identidade no............................ E do cpf no ........................., declara, para fins do disposto no inciso v do art. 27 da lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega **menor de dezesseis anos**.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

(observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e data:

Nome, cargo e assinatura

Razão social da empresa

Obs: esta declaração deverá estar junto das

Documentações de habilitação.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2013**

**ANEXO IV**

**PE BANCO Nº432625**

**MODELO**

Nome/razão social da empresa: .....................

Cnpj: ....................................

Endereço: ........................

Declaração

Declaramos para efeitos do atendimento do item 10.3 “a” e “b”, do edital de pregão nº 01/2013, instaurado pela secretaria de administração, conforme exigido pelo inciso vii, do art. 4º, da lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que atendemos plenamente as condições de **habilitação estabelecidas neste edital.**

Ressalva: em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte com restrição fiscal, deverá esclarecer que atende as condições de habilitação, exceto a regularidade fiscal.

Local e data, ...................

Nome, cargo e assinatura

Razão social da empresa

Obs: esta declaração deverá estar junto das

Documentações de habilitação.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2013**

**ANEXO V**

**PE BANCO Nº432625**

MODELO SUGERIDO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(timbre da empresa que está fornecendo o atestado)

Atestado de capacidade técnica

Atestamos para os devidos fins, que a empresa ......................., estabelecida na

Rua ..................., ............., bairro ..........................., na cidade de .............................., inscrita no c.n.p.j. N.º ................................., adquiriu da empresa ........................., inscrita no c.n.p.j. Nº ........................., (descrever o objeto) conforme segue: quantidade dade descrição

Atestamos outrossim, que a mesma sempre atendeu a todos os requisitos, tantos na

Qualidade quanto na pontualidade dos produtos, nada havendo que possa desaboná-la.

(data xx/xx/xxxx)

Nome, assinatura do responsável legal da empresa

(cargo/função)

(CARIMBO CNPJ)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2013**

**ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO**

**PE BANCO Nº432625**

Termo de contrato publico administrativo que entre si celebram o município através do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Campos Novos–, inscrito no C.N.P.J. nº. ;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;, ora em diante denominado município e a empresa ----------------------------, inscrita no C.N.P.J. nº --------------------, doravante denominada contratada, para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICPIO DE CAMPOS NOVOS CONFORME PORTARIA MS 2.198 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009,**conforme especificações abaixo, na forma de pregão eletrônico nº. 01/2013, a ser regido pela lei federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, decreto municipal nº6549, de 18/06/2012, com aplicação subsidiária da lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Aos dias de ------------de 2012, na sede da prefeitura municipal de campos novos presente o sr. Prefeito............................, CPF,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,, compareceu o sr. ------------------, cpf nº. ------------------da empresa ---------------------, para como seu representante legal, firmar com o município o presente contrato, pelo qual se obriga a fornecer o objeto deste contrato, na forma e condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico nº 02/2012 e nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO**

1.1– Este contrato tem por AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL E ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICPIO DE CAMPOS NOVOS **CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I.**. **RECURSO FEDERAL, CONVÊNIO COM MINISTÉRIO DA SAUDE PORTARIA MS 2.198 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.**

1.2 -Fica vinculado este termo contratual ao edital do processo licitatório pregão eletrônico nº 01/2013 e à proposta da contratada.

**CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE FORNECIMENTO**

2.1 – O fornecimento dos materiais do presente contrato será em parcela única, de acordo com a cláusula quinta deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1 – o valor deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de r$ xxxxxxxxxx,00 (xxxxxxxxxxx reais) sendo o mesmo fixo e irreajustável.

**CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1 – O pagamento será de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) neste pregão, observado o que consta neste edital e seu anexo.

4.2 – O pagamento será efetivado após a entrega dos materiais e mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho, numero da portaria MS 2.198, as negativas FISCAIS **(FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, FGTS E INSS E A CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, CONFORME LEI 12.440 DE 07 DE JULHO DE 2011**) regularizadas.

4.2.1 -Em operações em que seja incidente o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, fica o contratado obrigado a emitir nota fiscal eletrônica – nf-e, modelo 55, em substituição à nota fiscal (física), modelo 1 ou 1-,conforme determina a cláusula segunda do protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

4.3 -Os pagamentos serão efetuados após 30 dias da entrega dos materiais.

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

5.1 – O prazo de vigência contratual será até 31/12/2013, contado a partir da data de assinatura do contrato.

5.2 – O objeto licitado deverá ser entregue pelo fornecedor no prazo de30(trinta) dias após emissão da ordem de entrega dos produtos.

5.3 – Todas as despesas decorrentes do transporte e entrega do objeto correrão por conta do vencedor da licitação. 15.1 – o prazo de vigência contratual será até 31/12/2013, contado a partir da data de assinatura do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA -RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS**

6.1 – As despesas decorrentes desta licitação serão cobertas por meio do seguinte recurso:

Órgão 19-Fundo Municipal de Saúde

Unidade; 01 -Fundo Municipal de Saúde

Projeto atividade 1.044- Reequipamento da Saúde – Fundo Mun da Saúde

Elemento de despesa: 32- 41.01.1.054.4.4.90.00.00.00.00.00

**CLÁUSULA SÉTIMA -DA GESTÃO DO CONTRATO**

7.1 – A gestão do termo contratual, será realizada pelo Fundo Municipal de saúde de campos Novos, sendo responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado.

**CLÁUSULA OITAVA – DIREITO DE FISCALIZAÇÃO**

8.1 -O município exercerá ampla fiscalização do equipamento contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a contratada das responsabilidades fixadas pelo código civil e código de defesa do consumidor

8.2 -A fiscalização do município transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.

**CLÁUSULA NONA -RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO**

9.1 – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato.

9.2 – Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a tutelar o interesse público.

9.3 – Intervir no fornecimento do objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público.

9.4 – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

9.5 – Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste contrato.

9.6 – Conferir, vistoriar e aprovar os materiais entregues pela contratada.

9.7– Este edital (processo) irá para análise dos técnicos da Caixa, após aprovação correrão os tramites legal.

* 1. -A execução ou fornecimento - CTEF que a responsabilidade dos materiais fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado;

**CLÁUSULA DÉCIMA -RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

10.1 -A contratada obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões que o município realizar, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

10.2 -Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e do edital do processo licitatório eletrônico nº 01/2013 e demais documentos técnicos fornecidos.

10.3 -Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros.

10.4 -Deverá proceder as correções que se tornarem necessárias à perfeita realização do objeto contratado, executando-o em perfeitas condições e de acordo com a fiscalização do município.

10.5– O licitante vencedor deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração.

10.6– Deverá substituir o objeto deste edital que porventura venham a apresentar algum defeito.

10.7 – Substituir, no prazo de até 24(vinte quatro) horas, objeto defeituoso em função do transporte ou de fabricação respeitadas as especificações do edital.

10.8 – deverá entregar o objeto nos prazos e condições estabelecidas na cláusula quinta deste instrumento.

10.9 – As despesas de transporte em caso de envio e retorno do objeto para substituição correrão por conta da empresa contratada.

10.10 -Aobrigação do contratado o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, na forma do art. 56 desta Portaria.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

11.1 –As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao proponente/contratado são as previstas na lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, decreto municipal nº 6549 de 18 de junho de 2012 e alterações posteriores, neste pregão e no contrato.

11.2 – Penalidades que poderão ser cominadas aos proponentes/contratados, garantida a prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 15% (quinze por cento) do valor da proposta, no caso de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

c) 15% (quinze por cento) do valor da proposta, pela inexecução contratual, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder; Impedimento de licitar e contratar com o município de campos novos, administração direta e indireta, nas hipóteses abaixo e o descredenciamento do cadastro central de fornecedores do município de campos novos e do sicaf, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002:

d) Recusar-se a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

e) Deixar de apresentar os documentos discriminados no edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

f) Apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

g) Retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;

h) Não manter a proposta;

f) desistir de lance realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) fraudar a execução do contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

11.3 – as multas deverão ser pagas junto à tesouraria da secretaria de fazenda do município até o dia de pagamento que o proponente/contratado tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

11.4 – nas penalidades previstas neste edital, a administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do proponente ou contratado, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do proponente ou contratado, nos termos do que dispõe o art. 7º, da lei nº. 10.520/2002.

11.5 – as penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do proponente/contratado.

11.6 – nenhum pagamento será realizado ao proponente/contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1 -A rescisão do presente poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrita da administração, nos casos enumerados nos INCISOS I A XII E XVII do art. 78 da lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94 e pela lei 9.648/98;

b) A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela administração, com as conseqüências previstas na cláusula décima-primeira;

c) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da administração;

d) Constituem motivos para rescisão do presente os previstos no artigo 78 da lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94 e pela lei 9.648/98;

e) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII A XVII do artigo 78 da lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94 e pela lei 9.648/98, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamente comprovados, quando os houver sofrido;

f) A rescisão do presente de que trata o inciso i do artigo 78 acarretará as conseqüências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94 e pela lei 9.648/98.

g) Ficam resguardados os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no inciso IX do art. 55 da lei nº 8.666/93 e previsto no art. 77 da lei nº 8.666/93.

12.2 -Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do município, a rescisão importará em impedimento de licitar e contratar com o município, na forma do inciso II, do item 11.2.

**CLAUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

13.1 – Nos termos do previsto no artigo 55, inciso XII, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

a) lei nº 10.520/02

b) lei nº 8.666/93 e alterações;

c) código de defesa do consumidor;

d) código civil;

e) código penal;

f) código processo civil;

g) código processo penal;

h) legislação trabalhista e previdenciária;

i) estatuto da criança e do adolescente; e

j) demais normas aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE**

14.1 – Uma vez assinado, a contratante providenciará a publicação do extrato deste contrato na imprensa oficial, como condição indispensável para sua eficácia, conforme determina o parágrafo único do artigo 61, da lei nº8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15.1 – Para dirimir questões decorrentes deste contrato fica eleito o foro da comarca de campos novos, com renúncia expressa a qualquer outro.

15.2 – e, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas para um só efeito.

Campos novos,de xxxxxxx de 2012.

Município de campos novos

**NELSON LUIZ DE PAULA**

Secretario Municipal

(contratada)

(nome do representante)

(cargo/função)